

Serra dos Pretos: campesinato, migração e memória.

JOÃO LUCAS RODRIGUES*

No ano de 1877, no Município de Jaguary, extremo Sul de Minas Gerais, Francisco Felipe da Maia pediu ao tabelião João Carneiro de Morais Ribas para redigir seu testamento. O fazendeiro possuía na época 16 cativos e esses também foram lembrados nas considerações testamentárias.

Eu Francisco Felipe da Maia achando-me gravemente enfermo, porém em meu juízo perfeito faço este meu solene testamento de última vontade na forma seguinte (...). Declaro que meus escravos (...) ficarão libertos por morte de minha mulher Dona Elisa Augusta da Maia (...). Declaro mais, que deixo aos meus escravos uma parte de terras nesta fazenda (...) sem poderem vender, arrendar ou alhear por qualquer forma depois da morte de minha mulher e quando entrarem em gozo de sua liberdade.²

Após o inventário, a maior parte dos escravos, que integravam a posse de Francisco Felipe ainda continuou vivendo em cativeiro, a liberdade só veio de fato em 1888, com a lei Áurea. Antes do 13 de Maio, entretanto, grande parte deles já tinham parentes que viviam em liberdade há alguns anos.

No pós-abolição os ex-escravos da família Maia puderam permanecer juntos, vivendo nas terras que lhes foram doadas, que foi chamada de Serra dos Pretos. Deste modo os laços parentais e comunitários construídos durante muitos anos de cativeiro puderam ser reforçados após o desmanche da escravidão.

Neste texto investigamos a história desse grupo no século XX. Cruzando fontes diversas, como registros orais e inventários, analisamos as relações de trabalho construídas entre os integrantes da comunidade e entre esses e os fazendeiros vizinhos, a organização da

* Mestre em história pela Universidade Federal de São João del Rei. Professor da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.

² (Fórum Municipal de Camanducaia, doravante FMC), Testamento de Francisco Felipe da Maia (1877), anexo ao Inventário, caixa 842.



economia doméstica, as relações comunitárias (como a prática da troca de alimentos, do trabalho coletivo e outras), o processo de perda das terras e os movimentos migratórios

(sazonais em um primeiro momento e depois definitivos), iniciados em decorrência da deterioração das condições de subsistência na localidade. Interessa-nos, sobretudo, compreender alguns traços da organização interna da comunidade, bem como os processos de desestruturação da mesma, destacando as iniciativas dos integrantes do grupo frente aos problemas de acesso a terra.

Serra dos Pretos

Segundo o senhor José Mina, “na década (...) de 1940 e 1950 tinha umas sessenta famílias”³ que moravam na Serra dos Pretos.

A leitura mais precisa do senhor José Mina, no que diz respeito às referências cronológicas, ajuda a balizar, mais ou menos, o período em que se reportam os entrevistados, já que eles possuem idades aproximadas, tendo entre 69 a 80 anos. Portanto, suas lembranças do tempo de infância e juventude se referem, aproximadamente, aos períodos das décadas de 40, 50 e 60.

As famílias tinham um modo de vida semelhante; faziam plantações de milho, feijão, arroz, entre outros artigos e criavam pequenos animais, como galinhas, cabritos e porcos. A maioria da produção era destinada ao autoconsumo e o excedente era vendido para comerciantes das cidades vizinhas.

Algumas famílias, além de produzir os itens básicos à subsistência, também faziam pequenas plantações destinadas ao mercado, como no caso da família do Senhor Pedro Lopes da Silva. É com orgulho que seu filho mais velho, senhor Belmiro,⁴ relata a diversidade de produtos que eles – seu pai e irmãos – produziam em suas terras: faziam lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, cuja produção era destinada as despesas e, além disso, produziam “lavourinhas de fumo que vendia todo ano”.⁵ Acrescenta-se ainda a criação de animais de pequeno porte, em que parte servia ao autoconsumo e outra era vendida em mercados nas redondezas.

A situação econômica de cada família variava, a depender de inúmeros fatores, como a qualidade e tamanho da terra que era proprietária, a estrutura da família, em termos de pessoas

³ Entrevista com Senhor José Mina, realizada no dia 02 de Abril de 2011, na Serra dos Pretos, Município de Itapeva-MG.

⁴ Entrevista realizada com o senhor Belmiro Lopes da Silva, no dia 09 de outubro de 2010, na cidade de Cambuí-MG.

⁵ Idem.

aptas ao trabalho, entre outros aspectos. Explicando melhor o elemento “estrutura familiar”, devemos considerar que o ciclo familiar pesava decisivamente nas condições econômicas do núcleo doméstico. As situações de maior dificuldade no início da formação da família, quando os filhos eram pequenos, poderiam reverter-se com o passar dos anos, na medida em que os filhos adquiriam mais idade e já poderiam contribuir no trabalho. Porém, mediante a formação de um novo núcleo familiar, pelo casamento dos filhos a situação poderia complicar-se novamente se o tamanho da propriedade fundiária fosse insuficiente para suprir as necessidades de todos. Diante dessa dificuldade, em muitos casos, quando nos referimos de forma geral às famílias camponesas, a estratégia adotada era a migração de alguns dos membros.

No caso da família analisada, de acordo com o senhor Belmiro, quando a terra se tornou pequena, os filhos mais velhos passaram a plantar roças no sistema de meia com sitiantes e fazendeiros vizinhos.⁶

O trabalho coletivo era essencial para a manutenção das famílias, pois garantia que todos pudessem plantar e colher em conjunto, além de propiciar auxílio àqueles que tinham condições de vida mais precária. De acordo com Senhor Aparecido Matias, “aquela vez plantava uma roça, fazia mutirão, saía convida vocês, convida outros, ia todo mundo, era bonito! Não era que nem agora. Agora cada parte quer viver pra si, né. Aquele tempo não tinha esse negócio não rapaz, saía assim, ia todo mundo ajuda a carpi”⁷.

Um ponto interessante que o senhor Belmiro ressalta é a solidariedade nas trocas de alimentos. Após lembrar as dificuldades que várias famílias passavam, ele acrescenta, com certo orgulho, a prática de distribuir o que se tinha de mais importante na economia doméstica: a carne de porco.

Quem engordava um porco, matava dividia pros vizinho, dava um pedaço de gordura, um pedaço de carne, dividia. Outro também matava e dividia. (...) Tinha casa que nós dava capado cedo, ele comia carne nossa no almoço e na janta ele já matava um porco na casa dele e mandava um pedaço para nós também. (...) As vezes o porco não dava pra tudo, dividia pouquinho, dava um pedacinho de carne, um pedaço de tocinho e inteirava com qualquer coisa conforme a família tinha ali, dava né.⁸

Trata-se de uma organização social fundada nas relações entre as famílias, na qual os elementos de solidariedade tinham funções fundamentais na manutenção dos núcleos domésticos. As práticas culturais de distribuição de alimentos, como do trabalho coletivo,

⁶ Idem.

⁷ Entrevista realizada com o senhor Aparecido Matias, no dia 02 de Abril de 2011, na Serra dos Pretos.

⁸ Idem.

baseadas no princípio da reciprocidade, contribuía para o auxílio das famílias que viviam em condições materiais mais difíceis e ao mesmo tempo aprofundava os vínculos entre as parentelas. Manter a sobrevivência das famílias era também responsabilidade da comunidade.⁹

Contudo, junto a estes relatos de práticas de solidariedade que envolvia as famílias, aos quais podemos acrescentar o grande número de festas, sempre contados com tons de nostalgia, os entrevistados guardam amargas lembranças de um tempo de muito trabalho em troca de salários insignificantes.

Pelas suas falas, podemos perceber que o período de infância e juventude deles foi um tempo de mudanças profundas na comunidade onde nasceram. Um marco presente nas entrevistas é o processo de execução de dívidas movido pelo Estado, devido ao não pagamento de impostos, que levou a perda de grande parte das terras de várias famílias. O evento funciona como recurso de periodização a dar inteligibilidade às mudanças, tratado como um divisor de águas na história da comunidade.¹⁰

Pelo depoimento do senhor Belmiro, fica claro que “o despejo” – como ele se refere – desequilibrou a estrutura de vida na comunidade. Antes do acontecimento, o uso em comum da terra, com suas largas extensões, permitia que as famílias avançassem suas plantações sem que houvesse problemas. As áreas de matas, que pertenciam a todos, davam condições para que, na situação de esgotamento do solo cultivado, se pudesse obter novas terras. Desta forma, era possível empregar o tradicional sistema de rodízio das áreas: terras em descanso, terras em cultivo e matas a serem derrubadas. Após a ação do Estado, que levou a maior parte das terras à *hasta pública*, houve a divisão dos terrenos para cada família, a partir dos antigos legatários, reduzindo drasticamente o tamanho das terras disponíveis.

Os inventários pesquisados, sobre algumas pessoas que viveram na Serra dos Pretos (ex-escravos), trazem informações importantes que nos ajudam a entender melhor este processo indicado pelos relatos.

Embora não tenhamos encontrado informações documentais sobre a ação do poder público, como apontado nos depoimentos, em anexo aos inventários,¹¹ localizamos

⁹ Estas práticas já foram observadas por vários estudos que abordam a organização social-cultural e econômica de famílias camponesas. Cf. dentre outros: CANDIDO, 2001; BANDEIRA & DANTAS, 2002; SOUZA, 2007; QUEIROZ, 2006.

¹⁰ Os inventários pesquisados, feitos nas décadas de 1950 e 1960 apresentam informações que vão ao encontro aos relatos. É justamente nestes anos aos quais se referem os depoentes, que esteve em curso um processo de divisão da “Fazenda dos Pretos”, concluído em 1953, conforme documento anexo aos inventários.

¹¹ FMC, Inventário *post mortem* de Matias Antônio de Souza (1959), caixa 878. Inventário *post mortem* de Gonçalves Alves da Maia (1964), caixa 883.

documentos sobre a divisão das terras, que vão ao encontro do relato do senhor Belmiro. Concluída em 1953, esta divisão definiu os quinhões de terras a cada família dos antigos escravos, rompendo assim o regime de acesso comum a terra. A situação econômica de cada família seria definida deste momento em diante, em grande parte, pelo número de seus integrantes: aquelas que se subdividiam em poucos núcleos domésticos vão ter mais chance de ficar com um pedaço considerável de terras, já as famílias numerosas, estavam fadadas a ficar com pequenas porções, o que tornava as condições de sobrevivência difíceis naquele contexto.

É importante assinalar que, de acordo com as recentes pesquisas, um dos principais elementos presentes nestas “comunidades” que garantiram a permanência delas no passar dos anos é o regime de uso comum das terras. Neste sistema, mesmo havendo a divisão das terras entre as famílias, a posse não era formalizada e qualquer processo de venda não recaía sobre elas, mas somente sobre as benfeitorias, permanecendo a terra como bem comum (mesmo com as apropriações privadas) e, deste modo, contribuindo para a manutenção dos grupos (ALMEIDA, 2002; O’DWYER, 2000).

O inventário do senhor Matias Antônio de Souza (conhecido como Matias Maia, ex-escravo),¹² realizado em 1959, nos ajuda compreender melhor a questão da distribuição das terras a cada família, após a divisão da “Fazenda dos Pretos”¹³ assinalada acima. A área de terras descrita no documento é de 19,5 alqueires. O referido senhor teve nove filhos, assim, numa divisão igualitária, caberia a cada filho um pouco mais de dois alqueires. A divisão não se processou desta forma, pois a área era dividida em terras de campo (maior parte) que tinha menos valor e terras de cultura, mais valorizadas.

Na avaliação das terras, os louvados fizeram a seguinte descrição:

Suas terras são na maioria de campo, existindo uma parte de cultura (...). Está situada na denominada “Serra dos Pretos” sendo assim bastante montanhoso. É ainda banhada pelo Ribeirão das Areias e outras águas que o atravessam. (...) Está inteiramente devastada pelos condôminos não existindo no imóvel nenhuma área com matas. Verifica-se ainda que seus condôminos, que nele tem benfeitorias próprias, no mesmo fazem suas plantações anuais de milho e feijão, para que se prestam suas terras.¹⁴

Conforme avaliação, as terras de campo constituíam quase totalidade da área, somando (quinze alqueires e meio). Considerando que estas terras eram impróprias ao cultivo

¹² FMC, Inventário *post mortem* de Matias Antônio de Souza (1959), caixa 878.

¹³ Nos documentos, as terras doadas aos antigos libertos também são chamadas de Fazenda dos Pretos.

¹⁴ Idem.

e tendo pequenas extensões de área de cultura, onde já inexistiam matas, que garantiam terras férteis quando o solo cultivado já estivesse esgotado, se tem um quadro nada favorável à manutenção dos núcleos domésticos, ainda mais que cada família receberia pequenas porções.

O quadro apresentando nos dá pistas para entender as dificuldades enfrentadas por várias outras famílias, pois a situação apresentada sobre o acesso a terra, entre os filhos de Matias Maia e daí das condições de sobrevivência, não deve ter sido muito diferente do que foi vivenciado por outras pessoas que residiam na Serra dos Pretos.

É dentro deste contexto que podemos captar melhor o significado dos relatos dos netos de Matias Maia, os irmãos Aparecido Matias e Antônio Matias Filho, cujas lembranças positivas do período de infância e juventude sobre as plantações autônomas, os alimentos por eles próprios produzidos, as festas na comunidade, misturam-se em memórias de sofrimento, pelos duros dias de trabalho nas propriedades de fazendeiros na localidade e em outras paragens.

De acordo com o senhor Antônio Matias Filho,¹⁵ seu pai assumia empreitas com fazendeiros para dar conta das despesas da família.

(Antônio Matias Filho) O pai era empreiteiro, pegava empreita pro senhor e nós ia trabalhar. Não tinha dinheiro pra fazer lavoura, ia trabalhar.

(JL) Trabalhava por dia?

(Antônio Matias Filho) Trabalhava por dia, tarefa, pegava empreita. A turma empreitava lá um alqueire de roça pra capina, nós ia capinar.

(JL) E ganhava quanto por dia?

(Antônio Matias Filho) Micharia,¹⁶ trabalhava lá bem dizer a troco da comida o trocado que pegasse.

(JL) Mas vocês plantavam roça?

(Antônio Matias Filho) Plantava um capãozinho pra nós. Nós tirava as tarefa lá pro patrão, nós chegava e ia capinar a nossa, não podia fica o dia pra trabalhar. Então nós chegava na parte da tarde, bebia mais um café na casa, o pai falava: “vamos lá capinar” e nós emendava.¹⁷

Como se depreende da fala do senhor Antônio, a falta de condições para realizar um empreendimento autônomo, suficiente para garantir a subsistência da família, colocava pais e filhos numa situação difícil, obrigando-os ao trabalho de empreitas junto aos fazendeiros

¹⁵ Para não haver confusão entre os nomes não custa informar que Antônio Matias Filho, irmão de Aparecido Matias recebeu o mesmo nome de seu pai.

¹⁶ Valor muito pequeno.

¹⁷ Entrevista realizada com o senhor Antônio Matias Filho, no dia 07 de Outubro de 2010, na Serra dos Pretos, Município de Itapeva-MG.

vizinhos a preços muito baixos. Mesmo que mantivessem cultivando pequenas roças, não podiam dedicar tempo exclusivo a elas. O resultado é que eles tinham uma jornada de trabalho extenuante para conseguirem o mínimo à sobrevivência.

O senhor Aparecido Matias, filho mais velho da família, também guarda duras lembranças do período de infância. Ainda muito jovem, com apenas oito anos de idade, teve que acompanhar o pai, Antônio Matias, para trabalhar em fazendas cafeeiras no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo, onde passavam por temporadas, enquanto a mãe e irmãos menores ficavam na Serra dos Pretos. De acordo com ele “nós saía daqui, ia a pé trabalhar lá em Joanópolis rapaz, trabalhar na fazenda lá rapaz! Chegava no tempo que acabava de colher a roça, não tinha mais nada que fazer”.¹⁸

Senhor Belmiro, mesmo enfatizando uma melhor condição material de sua família, em comparação a outras, também relata a mesma situação de necessidade da migração sazonal. Sendo o filho mais velho, com 13 anos de idade ele começou a trabalhar em fazendas cafeeiras no Estado de São Paulo em companhia de outros rapazes da Serra. Em suas palavras:

Meu pai mandou uma carta pro Bastião Maia, que era compadre dele (...), pra ele falar lá na fazenda pra arrumar serviço pra mim. Aí eu fui, levei a carta, ele entregou lá na fazenda, o cara mandou trabalhar no outro dia e trabalhei lá até a idade de dezesseis anos. Depois vim embora e não voltei trabalhar lá mais.¹⁹

É interessante notar que os processos de migração sazonal, ou definitiva eram sempre mediados por relações familiares. Na época, década de 1950, várias pessoas que tinham família na Serra dos Pretos fizeram o mesmo percurso, se instalando geralmente na mesma fazenda. Importa ressaltar que esta forma de migração também deve ser vista como estratégia para manter os grupos e não simplesmente como desmantelamento, já que se buscava, pela migração sazonal dos filhos mais velhos, adquirir recursos extras para o sustento da família, pois o que a terra podia oferecer já não era o bastante.

Neste período, a lavoura cafeeira estava em seu auge na região bragantina, atraindo trabalhadores de várias localidades, muitos deles do Sul de Minas.

Nos relatos dos dois senhores, é a dura disciplina da fazenda, com a presença de um feitor, de um administrador, responsáveis pela organização do trabalho, que ganha destaque. Enquanto o feitor acompanhava a turma, sempre em punho de uma foice, segundo senhor

¹⁸ Entrevista realizada com o senhor Aparecido Matias, no dia 02 de Abril de 2011, na Serra dos Pretos, Município de Itapeva-MG.

¹⁹ Entrevista realizada com o senhor Belmiro Lopes da Silva, no dia 09 de outubro de 2010, na cidade de Cambuí-MG.

Aparecido, para impor respeito, o administrador montado a cavalo andava pelos altos da fazenda, onde ele podia visualizar melhor os trabalhadores e garantir que todos trabalhassem no ritmo devido.

A presença de um sino, tocado três vezes antes do amanhecer, indicando a hora de levantar e se dirigir ao trabalho, a comida levada no eito numa lata, ainda o fato de se dormir no chão, numa fina esteira de taboa, em noites de muito frio, integram a descrição de um período de intenso trabalho e sofrimento.

As duras condições de trabalho levam o senhor Aparecido Matias a enfatizar que “era mesma coisa de escravo rapaz! E o feitô ficava atrás....eu lembro que se [você] saía pra beber água tinha outro carregando o barriuzinho de água”.²⁰

As más lembranças não estão ligadas ao trabalho em si, pois eles já viviam uma pesada rotina de trabalho nas terras de seus pais, mas sim na forma que era organizado; a severa disciplina, que arrancava, até mesmo, a liberdade de sair livremente para saciar a sede ou mesmo de se servir na hora da alimentação, fatos que aparecem nas falas dos depoentes como repugnantes.

Todavia, mesmo trabalhando nas fazendas, longe de casa, o ideal de vida autônoma acompanhava aquelas famílias. Como narrado pelas pessoas entrevistadas, muitos homens ficavam certos períodos na fazenda e no tempo de plantar o milho voltavam para a Serra, onde junto dos filhos faziam a lavoura e depois de carpida, voltavam para Joanópolis.

Tinha homem daqui da Serra que ia lá, deixava a família aí né e ia trabalhar lá também. Esse tempo que nem eu estou falando, que serviço abaixava aqui, ele fazia lavourinha pouquinho, acabava de carpir e ia lá na fazenda, trabalhava, não era registrado né. (...) Se ele saísse e ficasse oito dias, dez dias fora, que ele tava carpindo uma lavourinha dele, trabalhando pra ele aí na Serra, não tinha importância, chegava lá e ia trabalhar. O dia que ele trabalhava o feitor ia marcando. O dinheiro dele chegava no fim do mês ele recebia [e] vinha trazer dinheiro pra família aqui.²¹

Conforme o relato, o tempo que os homens casados dedicavam ao trabalho nas fazendas era organizado a partir do ciclo de suas próprias plantações. Assim, a necessidade de buscar trabalho fora não significava o abandono de “um projeto camponês”, de ter uma vida autônoma, mesmo que obrigados a se submeterem a condições de trabalho adversas.

O trabalho sazonal fora da Serra, de pais e filhos, e, em outros casos, somente dos filhos, evidencia a necessidade da diversificação das atividades para manterem os núcleos

²⁰ Entrevista realizada com o senhor Aparecido Matias, no dia 02 de Abril de 2011, na Serra dos Pretos, Município de Itapeva-MG.

²¹ Entrevista realizada com o senhor Belmiro Lopes da Silva, no dia 09 de outubro de 2010, na cidade de Cambuí-MG.

domésticos. Quando o trabalho autônomo não era suficiente para garantir a subsistência da família, fazia-se necessário utilizar outros meios e como mostram as trajetórias analisadas, foi preciso submeter a rotinas de trabalho exorbitantes, conforme as interpretações dos depoentes, nas quais lhes eram negados aspectos fundamentais de uma organização de vida buscada por eles e seus familiares, ou seja, o controle sobre o tempo e ritmo de trabalho e a realização da produção em base familiar.

Conforme os relatos, outras famílias optaram por caminhos diferentes, em vez de retornarem a Serra decidiram permanecer no Estado de São Paulo. As famílias que perderam as terras são algumas delas.

O senhor Belmiro citou vários nomes de pessoas da Serra dos Pretos que trabalharam com ele, na mesma fazenda, e não mais retornaram.

Que morava na fazenda, lá morava este Bastião Maia que eu estou falando, morava o João Delfino, morava o Joaquim Delfino, morava o Zé Paulino, a família dos Defino morava tudo lá, Amado, Crideo. (...) Morava o João [Matias], o Joaquim Matias, o José Matias, tudo morava lá, nesta fazenda também. (...) Depois que acabou a fazenda eles ficaram lá, mudaram na cidade e trabalhava por lá e morava na cidade.²²

As informações presentes nos inventários pesquisados²³ de 1957 e 1964, concernentes à residência dos herdeiros e seus filhos, contribuíram para o entendimento sobre estes processos de migração, trazendo dados que confirmamos os relatos colhidos.

No que diz respeito aos nove filhos de Matias Antônio de Souza (conhecido como Matias Maia, ex-escravo), na data em que foi realizado o inventário (1959), quatro foram apontados como residentes em Joanópolis, um deles na cidade de São Paulo, e outros quatro em Camanducaia, na Serra dos Pretos. Todos que residiam fora da Serra, no período de realização do inventário, venderam suas terras.

Quadro 1

Filhos de Matias Antônio de Souza (Matias Maia)

Filhos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
João Matias Filho	Lavrador	Maria José dos Santos	Prendas domésticas	Joanópolis

²² Entrevista realizada com o senhor Belmiro Lopes da Silva, no dia 09 de outubro de 2010, na cidade de Cambuí-MG.

²³ FMC, Inventário *post mortem* de Matias Antônio de Souza (1959), caixa 878. Inventário *post mortem* de Gonçalo Alves da Maia (1964), caixa 883.

Joaquim Matias Maia	Lavrador	Maria Aparecida	Prendas domésticas	Joanópolis
José Matias Maia	Operário	Ana Ramos Maia	Prendas domésticas	São Paulo (capital)
Domingas Maria de Jesus	Prendas domésticas	José Inocêncio	Lavrador	Joanópolis
Tereza Maria de Jesus	Prendas domésticas	Joaquim Inocêncio	Lavrador	Joanópolis
Benedita Maia	Prendas domésticas	Samuel Gualberto da Rocha	Lavrador	Serra dos Pretos
Amadeu Matias Maia ²⁴	Lavrador			Serra dos Pretos
Antônio Matias Maia	Lavrador	Auzira Maria de Jesus	Prendas domésticas	Serra dos Pretos
Matias Maia Filho	Lavrador	Conceição de Souza Maia	Prendas domésticas	Serra dos Pretos

Fonte: FMC, Inventário *post mortem* de Matias Antônio de Souza (1957), caixa 878.

Como indicado pelo senhor Belmiro, no último trecho citado da entrevista, entre as pessoas que decidiram ficar em Joanópolis, no período em que um grande número de pessoas da Serra trabalhavam na localidade, estavam os irmãos Joaquim Matias e João Matias, o que se verifica também na indicação do inventário. Quanto ao destino do senhor José Matias, ao que parece, ele se deslocou junto com os irmãos para a mesma cidade e depois se mudou para São Paulo, onde trabalhava como operário, segundo informação presente no documento.

É importante observarmos que todos os homens que residiam na cidade paulista aludida (Joanópolis), em 1959, foram indicados como lavradores. De acordo com os entrevistados, porém, eles trabalhavam como diaristas nas fazendas cafeeiras. Mesmo os colonos não tinham permissão para plantarem para si, tendo que comprar os alimentos necessários nos armazéns das fazendas, que eram pagos no final do ano. Sendo assim, é possível cogitar que a classificação de lavradores no inventário, indique uma mudança da situação na qual foram submetidos inicialmente a trabalhar nas fazendas e a conquista de uma melhor condição, em que pudessem ter suas próprias lavouras. Quiçá, seja justamente por esse motivo que decidiram permanecer no Município, visto que, na volta para a Serra dos Pretos, eles teriam apenas pequenos pedaços de terras e de má qualidade.

²⁴ Amadeu Matias é descrito como solteiro.

Pelo inventário do ex-escravo Gonçalo Alves da Maia, podemos identificar um processo similar de migrações. Como se trata de uma família mais antiga, na maioria dos casos, os filhos de Gonçalo já haviam falecidos no período de feitura do documento, tendo assim a indicação do nome de seus filhos e netos. As informações se tornaram ainda mais ricas, por trazer algumas gerações familiares que deixaram a Serra dos Pretos.

Quadro 2
Filhos e Netos de Gonçalo Alves da Maia

Filhos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
Maria Maia*	Prendas domésticas	José Antônio Candido*	Lavrador	Munhoz -MG
Netos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residem
José Candido da Silva	Lavrador	Leoneta Maria da Silva	Prendas domésticas	Bragança Paulista (Distrito de Pinhalzinho)
João Candido da Silva	Lavrador	Benedita Lucas da Silva	Lavrador	Bragança Paulista (Distrito de Pinhalzinho)
Bendita Thereza dos Santos	Prendas domésticas	Benedito Ovídio dos Santos	Lavrador	Bragança Paulista (Distrito de Pinhalzinho)
Sebastião Candido da Silva	Lavrador	Thereza Maria da Silva	Lavrador	Várzea Paulista, Município de Jundiá - SP.
Filhos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
Benedita Maia*	Prendas domésticas	José Bueno Pereira*	Lavrador	Munhoz -MG
Netos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
José Pereira Bueno Filho ²⁵	Operário			São Paulo (capital)
Sebastião Pereira Bueno ²⁶	Operário			São Paulo (capital)
Filhos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam

²⁵ Apontado como viúvo.

²⁶ Apontado como solteiro.

Mariana Maia	Prendas domésticas	João Batista da Silva	Lavrador	Joanópolis
Lucas Alves da Maia*	Lavrador	Augusta Maia	Prendas domésticas	Camanducaia (Serra dos Pretos)
Netos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
Maria Lucas Maia ²⁷	Prendas domésticas	Benedito Pires*	Lavrador	Camanducaia (Serra dos Pretos)
Filhos	Profissão	Cônjuge	Profissão do Cônjuge	Localidade onde residiam
Martimiana	*	Ricardo de tal	*	Socorro (SP)

Fonte: FMC, Inventário *post mortem* de Gonçalo Alves da Maia (1964), caixa 883. * Já falecidos na época.* Não constam informações.

As informações detalhadas, presentes no inventário, sobre a antiga residência dos filhos de Gonçalo, como de seus netos, permitem-nos acompanhar ou ao menos ter uma ideia de seus percursos ao saírem da Serra dos Pretos.

Como indicado no quadro, as senhoras Maria Maia e Benedita Maia se mudaram para a Munhoz, um Município vizinho de Camanducaia, próximo a Serra dos Pretos, mas seus filhos (netos de Gonçalo) não permaneceram na localidade. Todos, num total de seis, deslocaram-se para o Estado de São Paulo, sendo que dois residiam na capital e o restante no interior: três no distrito de Pinhalzinho, Município de Bragança Paulista e um deles em Várzea Paulista. É importante destacarmos que, com exceção de José Pereira Bueno Filho e seu irmão Sebastião Pereira Bueno, ambos operários em São Paulo, em todas as outras famílias os homens foram apontados como lavradores. Repete-se aqui, como no primeiro inventário analisado, a atribuição a estes homens a condição de trabalhadores que se diferenciava do diarista, do empreiteiro, remetendo a certa autonomia, advinda possivelmente de algum tipo de acesso a terra. Embora não sabemos ao certo como se configuravam suas relações de trabalho, não podemos desconsiderar que a classificação de lavradores é indicativa de uma situação diferenciada da simples condição de trabalhador assalariado no campo.

Podemos notar que um dos casais também fez o mesmo percurso de outras famílias apresentadas anteriormente, instalando-se em Joanópolis, certamente para trabalhar nas fazendas cafeeiras do Município. Aliás, não é descabido pensar que outras famílias, antes de se instalarem nas localidades indicadas, também tenham se estabelecido na cidade aludida, visto que, como demonstram os relatos e o primeiro inventário analisado, as demandas por

²⁷ Apontada como viúva.

mão de obra nas fazendas e as dificuldades materiais enfrentadas na Serra dos Pretos levaram grande número de pessoas a buscarem trabalho na localidade.

O quadro nos mostra famílias (a maioria delas) que, até aquela data, tinham passado (e/ou estavam passando) por processos de migração. Algumas delas permaneceram em Camanducaia, como no caso da família de Lucas Alves da Maia, mas a maioria decidiu por deixar a Serra dos Pretos e tentar a vida em outras paragens. O fato dos pais se instalarem em uma localidade e depois os filhos acionarem novamente o recurso do deslocamento revela a luta permanente para adquirir melhores condições de vida, a busca para encontrarem condições adequadas para se estabilizarem.

O que estas fontes nos permitem captar não está distante do que foi vivenciado por várias outras famílias descendentes de ex-escravos, na primeira metade do século XX. Carlos Eduardo constatou que, no Vale do Paraíba carioca, no início do século XX, com a crise da lavoura cafeeira e expansão da agropecuária, desestruturaram-se as relações de trabalho que haviam sido construídas no pós-abolição, trazendo problemas aos libertos e a seus familiares para adquirirem ou manterem contratos de trabalho junto aos fazendeiros, em vista da diminuição das demandas por mão de obra.

Diante disso, o autor destaca a ocorrência de um processo de migração, que tinha como principal destino a Baixada Fluminense. Num primeiro momento, percebe-se uma migração sazonal efetivada pelos filhos mais velhos, que buscavam as regiões de expansão da lavoura de laranja, economicamente mais dinâmicas e onde encontravam novos arranjos de trabalho. Semelhante ao que ocorreu entre os moradores da Serra dos Pretos, nesse período, a saída destas pessoas visava contribuir economicamente com a família, por isso, sempre retornavam, depois de certo tempo de trabalho, para trazerem o que foi ganho. Com o passar dos anos, de acordo com o pesquisador, a migração se tornou definitiva e alcançou maior número de famílias. Muitos tomaram o rumo das cidades, onde trabalhavam em serviços variados, outros conseguiram comprar pequenos lotes de terras, nas intermediações das regiões que se desenvolvia a expansão da cultura da laranja. Para o pesquisador, a perda das condições de trabalho, que garantiam o acesso a terra, e assim, a possibilidade de ter autonomia frente aos fazendeiros, estão entre as principais questões que motivaram muitas pessoas (integrantes em sua maioria das gerações nascidas livres) a deixarem os lugares onde nasceram e buscarem novas possibilidades de vida em outros locais (COSTA, 2008:84-121).

Ana Lugão Rios, em estudo sobre descendentes de escravos no sudeste, entre as diversas trajetórias de grupos familiares que analisa, ela também destaca as experiências de

intensa mobilidade que marcaram alguns desses grupos. Nos relatos colhidos entre integrantes dessas famílias, ganhou destaque, sobretudo, a vida itinerante, a mobilidade em busca de condições para se estabilizarem e garantirem meios para a concretização de um projeto de vida mais autônomo. Isto é, conseguir acesso a terra, a possibilidade de gerenciar seu trabalho, o que passava pela efetivação de contratos de trabalho flexíveis junto aos fazendeiros, realidade que, na maioria das vezes, não se tornou possível. (MATTOS & RIOS, 2005:191-230).

Em síntese, as décadas de 50 e 60 marcam a trajetória da comunidade da Serra dos Pretos, como um período de mudanças profundas. O movimento de perda das terras, da precarização das condições de sobrevivência na localidade e ainda os processos de migrações estão presentes tanto nas narrativas dos moradores da Serra dos Pretos, como em documentos cartoriais. Apesar disso, deve-se ressaltar a luta ferrenha dos integrantes do grupo para manter certos elementos que orientavam a vida da comunidade, como a autonomia na organização do trabalho e da produção no período de mudanças e dificuldades. Os ressentimentos e a indignação por certas experiências do passado, que marcam as narrativas, evidenciam não só um movimento de releitura sobre o mesmo ensejado pelas novas experiências do presente, mas também os sentimentos vividos, mediante as situações que enfrentavam, revelando nestes casos, a ânsia de alcançar a autonomia que estava sendo destruída mediante a perda das terras.

Conclusão

Em todas as sociedades americanas, o fim do escravismo foi seguido por uma luta intensa dos homens e mulheres que haviam vivido durante anos debaixo da autoridade senhorial, para obter um pedaço de terra. Esta figurava como parte necessária da liberdade, já que a sua conquista significava a possibilidade de se distanciar das arramarras de poder dos antigos senhores e a construção de uma vida mais independente.

No Brasil, especialmente, nos anos finais da escravidão, foi considerável o número de libertos que, após obterem legados em terras ou mesmo adquirirem por meio da compra, moveram grandes esforços para se organizarem a partir de um projeto de vida alicerçado em visões próprias que possuíam da liberdade. Como no caso da Serra dos Pretos, esses legados ou compras deram origem a “comunidades negras” que se organizavam a partir de elementos comuns, como: o controle sobre o ritmo e tempo de trabalho, a organização da produção

econômica em base familiar, o acesso comum a terra e primordialmente o parentesco como eixo estruturador da vida comunitária.

A pesquisa apresentada diz respeito a um grupo que não existe mais como comunidade estruturada. Porém, a sua história pode nos ajudar a entender um pouco mais sobre as buscas e dramas que marcaram a vida de milhares de libertos no sudeste brasileiro no pós-abolição, bem como sobre a trajetória de muitas outras “comunidades negras” que desapareceram no decorrer do século XX.

Bibliografia

CANDIDO Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34 (Coleção Espírito Crítico), 2001.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos*. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. Que Cidadão? Retóricas da Igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Quase - Cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto: Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920)*. Niterói-RJ: Editora UFF, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edusp, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____ & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

QUEIROZ, Renato da Silva. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SLNES, Robert W. “Histórias do Cafundó”. In: VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: A África no Brasil*. São. Paulo: Companhia das Letras e Editora da UNICAMP, 1996.